



Maílson: "Cada centavo será cobrado"

Maílson reclama mais impostos por conta da redução da exigência

BRASÍLIA — O governo terá que aumentar a tributação ou promover novos cortes de despesas no orçamento de 1989 para compensar a perda de receita provocada pela diminuição da exigência de pagamento de 25% das dívidas externas dos estados e municípios já vencidas ou a vencer no próximo ano, anunciou o Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, ao deixar o Congresso, após seu longo depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

"Cada centavo a menos que os governadores estaduais pagarem significa um centavo a mais de gasto nos estados. Esse centavo a mais terá que ser coberto com aumento na tributação ou redução de outra despesa prevista no orçamento da União", disse o ministro. Ele deixou bem clara sua posição contrária ao recuo no governo em relação à exigência inicial de rolagem de 75% das dívidas externas dos estados e municípios. "A melhor proposta é a que está no orçamento encaminhado ao Congresso", afirmou em tom incisivo.

A dura postura exibida pelo ministro da Fazenda em relação à questão da rolagem das dívidas externas de responsabilidade dos Estados e municípios contrastou nitidamente com a sua posição mais flexível em relação a outros pontos igualmente essenciais do plano governamental de ajuste fiscal. Ao debater o assunto com os parlamentares, ele admitiu a procedência dos questionamentos manifestados pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) sobre a viabilidade e a legalidade dos projetos de elevação de arrecadação incluídos no pacote fiscal.

O ex-ministro da Fazenda levantou dúvidas sobre a viabilidade de aumento de Cz\$ 1,1 trilhão na arrecadação em 1989, em decorrência da cobrança de dívidas ativas já vencidas (Cz\$ 300 bilhões) e intensificação da fiscalização (Cz\$ 800 bilhões). "São números muito otimistas", advertiu Dornelles. "Vamos ver esse caso com alguma precaução. Esse é um ponto que temos olhado com alguma preocupação", respondeu Maílson, depois de explicar que as projeções de grande aumento de receita com o aumento da fiscalização e cobrança de dívidas vencidas haviam sido feitas com base em estudos e hipóteses formulada pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da República.

"Tem sido constante a falta de apoio às medidas que viabilizariam esse aumento de receita", reconheceu o próprio Maílson, referindo-se às críticas de diversos setores econômicos às propostas de criação da Carteira de Quitação Fiscal, participação de fiscais nas multas e indisponibilidade de bens dos contribuintes para garantia de execução de dívidas tributárias.

O deputado Francisco Dornelles também questionou a legalidade da proposta do governo de criação da chamada contribuição social sobre o lucro das empresas para arrecadação de recursos para a previdência social. Observou o ex-ministro que a Constituição impede a criação de tributos sobre o mesmo fato gerador, caso que estaria ocorrendo na criação da nova contribuição, pois o lucro das empresas já é atingido pelo Imposto de Renda. Novamente Maílson concordou com a preocupação de Dornelles. "A dúvida também começou a aparecer no governo de uns dias para cá", confessou, acrescentando porém que os técnicos da Secretaria da Receita Federal sustentam que é legal a criação do novo tributo. O argumento é de que a Constituição estabelece que os novos benefícios sociais que começam a vigorar no próximo ano serão financiados com contribuição a ser cobrada com base no lucro das empresas.